

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Chico Alencar)

Solicita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Torquato Jardim, informações acerca das operações da Polícia Federal contra Professores, Reitores e ex-Reitores de Universidades Federais.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, informações acerca das operações da Polícia Federal contra Professores, Reitores e ex-Reitores de Universidades Federais.

Recentemente, foi noticiado pela Folha de São Paulo¹, pelo Globo² e pela CBN³ que existem investigações sobre o funcionamento de Universidades Federais pelo Brasil. As matérias denotam a forma como a Polícia Federal tem utilizado conduções coercitivas e exposto o nome e as imagens de diversos professores, sem, contudo, informar-lhes precisamente pelo quê estão sendo investigados.

Não obstante a exibição pública da imagem dessas pessoas, até o momento não se apresentou qualquer acusação específica contra eles. Diz-se que assim o fazem por se tratar de investigações em sigilo.

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1941094-pf-conduz-reitor-e-vice-da-ufmg-para-depor-sobre-suposta-fraude-em-obras.shtml>

² <https://oglobo.globo.com/brasil/reitor-vice-reitora-da-ufmg-sao-conduzidos-coercitivamente-em-operacao-da-pf-22157474>

³ <https://cbncuritiba.com/reitor-da-ufpr-critica-operacoes-da-policia-federal-em-universidades/>

Tendo em vista principalmente o suicídio do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier – acusado, sem provas e via imprensa, de desviar R\$80 milhões, a situação é preocupante. O jornal “Estado de São Paulo” inclusive deu espaço para uma nota de repúdio - escrito pela Comissão da Verdade em Minas Gerais e entidades do mundo político e acadêmico - à forma como as operações da Polícia Federal são conduzidas, em especial em Minas Gerais. Nesse sentido, chama atenção, também, a nota do Reitor da UFPR (Universidade Federal do Paraná), que critica a forma como as operações ocorrem⁴.

Nesse domingo, Elio Gaspari elaborou interessantes e necessárias questões em suas colunas na Folha de São Paulo⁵ e n’O Globo⁶ que precisam ser respondidas. Suas perguntas estão direcionadas mais especificamente ao caso dos professores da UFMG, mas podem ser estendidas aos outros casos semelhantes. Pergunta ele, e a ele me somo, seguindo os preceitos elencados pela Constituição Federal, em seu artigo 37, no que tange à principiologia da Administração Pública, em especial o da transparência pública:

- a) A lei diz que a condução coercitiva é necessária para levar à delegacia a pessoa que não atendeu a uma intimação. Houve intimação anterior de todas as pessoas que foram levadas coercitivamente? Qual é o procedimento padrão nesses tipos de investigações?
- b) Qual a lógica de conduzir uma pessoa à delegacia, com a publicidade produzida pela autoridade coatora, em cima de um inquérito que corre em sigilo?
- c) Voltando-se ao episódio de Santa Catarina, tendo passado dois meses do ocorrido, as autoridades responsáveis já produziram alguma acusação documentada? Se sim, qual?

⁴ <http://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/nota-oficial-2/>

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2017/12/1942092-cacar-reitor-virou-um-hobby-exibicionista.shtml?loggedpaywall>

⁶ <https://oglobo.globo.com/brasil/cacar-reitor-virou-um-hobby-exibicionista-22172660>

- d) Qual é a orientação do Ministério sobre a espetacularização das prisões e a relação dos policiais federais com a imprensa?

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento vem se somar aos esforços da sociedade para que o poder instituído preste informações e seja transparente em suas escolhas. Sobretudo quando se trata de reduzir direitos garantidos na Constituição Federal.

Os processos traumáticos pelos quais passamos, dos quais a morte trágica do Professor Luiz Carlos Cancellier é o exemplo mais candente, exigem mudança imediata de certas condutas. É necessário à legitimidade de qualquer governo numa democracia a exposição de seus valores e suas reais preocupações ao tomar decisões. Com o fito de expandir essas oportunidades e fortalecer o papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática, pedimos tais esclarecimentos.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 12 de dezembro de 2017.

Deputado **CHICO ALENCAR**
PSOL/RJ